

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.780 - AL (2019/0041062-0)

RECORRENTE : MUNICÍPIO DE MACEIÓ
PROCURADOR : JOÃO BATISTA DE FRANÇA SILVA E OUTRO(S) -
RN008022
RECORRIDO : JOSÉ AFONSO DE MELO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Município de Maceió, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. COBRANÇA DE IPTU E TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA, COLETA DE LIXO E RESÍDUOS DOMICILIARES. SENTENÇA PELA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA AÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. TESE DE IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE OFÍCIO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE, SEM A PRÉVIA COMPROVAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ART. 40, DA LEI DE N.º 6.830/80. ACOLHIDA. ENTENDIMENTO, ENTRETANTO, QUE NÃO POSSUI O CONDÃO DE MODIFICAR A CONCLUSÃO ALCANÇADA PELO JUÍZO SINGULAR, NO SENTIDO DA EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO AR. 269, IV, DO CPC. DECURSO DE PRAZO SUPERIOR A CINCO ANOS ENTRE A DATA DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO E O *DECISUM* COMBATIDO, SEM QUE OCORRESSE QUALQUER DAS CAUSAS DE INTERRUPTÃO DO LAPSO PRESCRICIONAL. RECONHECIMENTO DA INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DIRETA QUE SE MOSTRA IMPERATIVO. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DO PODER JUDICIÁRIO. NÃO ACOLHIDA. DESÍDIA DA MUNICIPALIDADE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106/STJ. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. SENTENÇA MANTIDA. FUNDAMENTAÇÃO DIVERSA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. REMESSA NECESSÁRIA DISPENSADA, EM RAZÃO DA ANÁLISE INTEGRAL DA MATÉRIA NO BOJO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

O valor da causa, atribuído na inicial da execução fiscal, foi de R\$ 800,17, em dezembro de 2003 (fl. 1).

No julgamento encimado, foi declarada a ocorrência da prescrição sob o fundamento de que, em se tratando de feito submetido ao regime anterior à vigência da Lei Complementar n. 118/05, transcorreram mais de cinco anos sem que tivesse havido a citação, restando afastada a aplicação do Enunciado Sumular n. 106/STJ, tendo em vista que o reconhecimento da prescrição se deu, exclusivamente, em virtude da desídia da própria Fazenda Pública Municipal.

No presente recurso especial, o recorrente aponta violação ao art.

174, parágrafo único, I, do CTN, sustentando, em resumo, que o Tribunal de origem não reconheceu que, no caso, não há que se falar em prescrição, considerando que foi ajuizado o executivo fiscal dentro do prazo quinquenal e que houve culpa exclusiva do Poder Judiciário pela demora na citação, situação que atrai a incidência do Enunciado Sumular n. 106/STJ, diante do fato de que o Juízo de primeira instância sequer proferiu despacho de citação, mesmo após o processo ter permanecido na conclusão por anos.

É o relatório. Decido.

Não merece seguimento o recurso.

Verifica-se que a irresignação do recorrente - acerca da alegada responsabilidade exclusiva do Poder Judiciário quanto à demora em efetivar a citação - vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, o qual, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu que o transcurso do prazo prescricional quinquenal teve responsabilidade exclusiva da exequente, sendo afastado o teor do Enunciado Sumular n. 106/STJ.

Ao contrário do quanto argumentado pelo recorrente, não se afasta a necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, considerando a alegação fática de não ter sido proferido nos autos o despacho de admissibilidade da inicial e de que houve permanência do processo por anos na conclusão.

Assim, para rever a fundamentação do Tribunal de origem, interpretando o dispositivo legal indicado como violado, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios em conjunto com o quanto mais consta dos autos, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese o Enunciado Sumular n. 7/STJ.

No mesmo sentido, destaca-se:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. DEMORA NA CITAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 535 DO CPC. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. A recorrente sustenta que o art. 535, II, do CPC foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assim, é inviável o conhecimento do Recurso Especial nesse ponto, ante o óbice da Súmula 284/STF.

2. O Tribunal local, soberano na análise dos fatos e das provas, consignou: "Finalmente, não sendo a demora na citação nem a paralisação do processo decorrente de causa atribuída, exclusivamente, ao mecanismo do Judiciário, certamente, a prescrição consumou-se, não havendo como se falar, na espécie, em aplicação da Súmula nº 106 do Superior Tribunal de Justiça".

3. No caso dos autos, o Tribunal a quo atestou que se passaram cinco anos desde a constituição definitiva do crédito tributário, sem que houvesse a citação, e que essa demora não pode ser imputada ao mecanismo judiciário. Nessa perspectiva, não há como afastar a prescrição sem esbarrar no óbice da Súmula 7 do STJ.

4. Recurso Especial conhecido parcialmente e, nessa parte, não

provido. (REsp n. 1.509.335/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/3/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

